



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

ATA

ATA DE AUDIÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAIBA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2018.



Às dez horas e trinta minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, no Plenário "José Mariz", da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a Presidência do Deputado Renato Gadelha, realizou-se Audiência Pública que tem como objetivo de apresentar o relatório de prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018 pela secretária de Estado da Saúde, conforme preceitua o Art. 36 § 5º da Lei Complementar Nº 141/2012. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a Audiência, convidando para compor a mesa o deputado Hervázio Bezerra, a deputada Estela Bezerra, a senhora Cláudia Veras, secretária de saúde do Estado da Paraíba. Ato contínuo passou a palavra ao secretário dep. Hervázio Bezerra para leitura do expediente. Logo após foram justificadas as ausências do deputado Antônio Mineral, do presidente da Casa o deputado Gervásio Maia, de Marcos Vinicius Fernandes Neves, superintendente da Caixa Econômica Federal e do Senhor Carlos Eduardo de Azevedo Lima, procurador chefe do Ministério

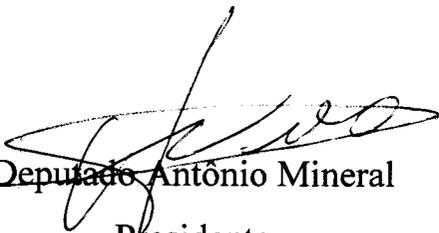
Público do Trabalho. Seguindo sem demoras, passou a palavra para a senhora Cláudia Veras que após saudar os deputados presentes e os companheiros na gestão de saúde no Estado fez uma apresentação dos dados com informações sobre as auditorias, o demonstrativo do montante e a fonte dos recursos aplicados naquele período e a rede física dos serviços de saúde públicos de saúde próprios e privados, contratados, e alguns indicadores de saúde. Explanou também sobre o envelhecimento da população paraibana e como isso afeta o investimento em saúde no estado. Falou ainda sobre as 16 regiões de saúde estabelecidos no Decreto N° 7508 e apresentou indicadores de cobertura de saúde para essas regiões. Lembrou dos serviços cadastrados na Paraíba 34 unidades hospitalares, 4 unidades de pronto atendimento, temos 12 hemonúcleos e hemocentros, sendo dois hemocentros, com um hemocentro coordenador, mais dez hemonúcleos distribuídos, um laboratório central, um centro de referencia de saúde do trabalhador, um centro de diagnostico especializado para o câncer que funciona em João Pessoa e um CAPS-AD também em João Pessoa. Apresentou relatório resumido de execução orçamentária, que é o RREO, cuja receita corrente liquida no período foi de 3 bilhões 6 milhões 320 mil, as despesas executadas até o momento com recursos próprios foram 309 milhões 260 mil, o que significa uma proporção de 10,09% da receita corrente liquida do Estado. Finalizou mostrando como o recurso é dividido entre as áreas de atenção básica, atenção MAC (média e alta complexidade) ambulatorial e hospitalar, assistência farmacêutica, gestão do SUS, bloco de investimentos na rede de serviços de saúde e outros procedimentos. Ato contínuo passou a palavra para a deputada Estela Bezerra que depois de saudar a todos elogiou a apresentação da Secretária Cláudia Veras e demonstrou interesse em ouvir uma maior explanação sobre quais são os principais investimentos que o Governo do Estado tem feito em termos de recursos e assistência, e quais são os principais gargalos

do MAC que é o maior volume de demanda da população sendo que parte dos recursos está na mão dos municípios. Em resposta a secretária afirmou que o Estado tem cumprido, rigorosamente, o investimento mínimo da receita corrente líquida em saúde, deu como exemplo o ano de 2017, onde foram investidos mais de um bilhão em saúde e lembrou que saúde não tem preço, mas definitivamente tem custo e esse custo é sempre crescente e o sub-financiamento é o maior gargalo da gestão em saúde em qualquer estado. Além disso, em 2017 o estado perdeu aproximadamente 52 milhões porque a gestão da atenção básica que é de responsabilidade dos municípios não é resolutiva e acaba sobrecarregando as unidades hospitalares. A secretária informou também que a judicialização da saúde tem um impacto no funcionamento sistema de saúde, pois a programação fica sempre prejudicada pelas demandas judiciais. Relatou que no dia de hoje, tem oito processos que implicam em multas de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de não cumprimento ou de cinquenta por cento do valor do salário, por não cumprimento de uma decisão judicial para fazer cirurgias e procedimentos que, muitas vezes, nem se quer são feitos na Paraíba. Outro desafio são as questões relacionadas ao perfil epidemiológico da população que é o que deve nortear a condução e a priorização dos serviços de saúde. Porque a gente convive, primeiro, com um perfil epidemiológico que é semelhante ao de países desenvolvidos com a predominância de doenças por causas cardiovasculares como as principais causas de mortalidade da população, entretanto também convive com as infecções por arboviroses, então é muito difícil. Dando continuidade, o deputado Hervázio Bezerra parabenizou a secretária Cláudia Veras e sua equipe pelo trabalho realizado e destacou que, já foi secretário de saúde, e conhece esse problema da municipalização onde prefeitos compram ambulâncias para continuar mandando pacientes para outras regiões. Disse que é comum nos hospitais de João Pessoa

encontrarmos com pacientes da atenção básica, vindos de outros municípios e que o hospital não pode recusar atendimento. Então o quadro que a Secretária exibiu é uma radiografia completa do que fica para o estado e do que vai para os municípios. Nesse sentido, o deputado Hervázio Bezerra gostaria de saber se é esclarecido se aos juízes que concedem essas sentenças o que é de responsabilidade efetivamente do estado e dos municípios? Respondendo o questionamento a Secretária começou falando que a questão da judicialização é um problema muito relevante, algumas coisas que surgem são absurdas, como exemplo, ter assinado uma liminar que foi colocada para a conta de luz de uma usuária, que usa algum suporte ventilatório, e tem a decisão do juiz para que se pague, a Secretária Cláudia, a conta de luz da casa da usuária. Então, vão desde essas questões até medicamentos que ainda não foram aprovados pela ANVISA ou procedimentos médicos cirúrgicos experimentais. Informou que entre 2014 e 2017, o estado teve R\$ 178.388.211,00 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e onze reais) para atendimento às demandas judiciais e que mesmo o estado investindo o mínimo constitucional na saúde essas demandas são pagas além do investimento. Relatou as ações com a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, e o Tribunal de Justiça na tentativa de criar um protocolo de atendimento de alguns medicamentos de algumas patologias baseados nas recomendações que existem na literatura e em pesquisas científicas. Ato contínuo, o presidente Renato Gadelha lembrou que antes de ser deputado é médico por vocação e que nunca criticou os secretários de saúde por entender o desafio de dar conta de uma pasta tão grande com tão poucos recursos. Lembrou que o Brasil tem um dos melhores sistemas de saúde do mundo, mas tem uma das piores assistências médicas pela falta de recursos. Lembrou que o CPMF financiava parte desses recursos e foi derrubado com apoio dos bancos e da grande

imprensa e que era um tributo que não se podia burlar, pois quem ganhava muito pagava muito e quem ganhava até R\$ 3.000,00 (três mil reais) não pagava. O deputado afirmou ainda que o governo federal foi, paulatinamente, destinando ao poder municipal a gestão da saúde para se livrar da responsabilidade e que os estados ficam sobrecarregados quando os municípios falham em dar a atenção básica aos pacientes e os enviam para atendimentos no estado. O deputado pontuou ainda que a pactuação entre os municípios precisa ser revista e deu o exemplo de Queimadas que envia pacientes para João Pessoa quando está apenas a quinze quilômetros de Campina Grande.

Não havendo nada mais a deliberar, o senhor presidente da sessão deu por encerrada a presente reunião. Lavrando a presente ata José Ronaldo Lima Teotônio, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada, deverá ser rubricada em todas as folhas e assinada pelo presidente, conforme dispõe o Artigo 60 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Sala das sessões, João Pessoa, 12 de junho de 2018.



~~Deputado Antônio Mineral~~
Presidente